



Fernanda Balbinot

ENTRE O ESQUECIMENTO E A VERDADE

Reabilitação Criminal em
Crimes Imprescritíveis

Prefácio de Denise Neves Abade

Apresentação de Rogério Sanches Cunha

EDITORA LUMEN JURIS
RIO DE JANEIRO
2025

Sumário

Introdução	1
1 Reabilitação Criminal	9
1.1 Origem histórica.....	9
1.2 Prescrição legal atual	20
1.3 Conceito	21
1.4 Natureza jurídica.....	30
1.5 Requisitos	32
1.6 Alcance	37
1.7 Efeitos.....	38
2 Esquecimento e Verdade	47
2.1 Direito ao esquecimento: do que se trata?	48
2.1.1. Precedentes relevantes.....	49
2.1.1.1 França	49
2.1.1.1.1 Affaire Landru	50
2.1.1.1.2 Caso Madame M. vs. Filipachi et Congedipress.....	51
2.1.1.1.3 Caso Madame Monanges vs. Kern et Marque-Maillard	52
2.1.1.2 Alemanha	54
2.1.1.2.1 Caso Lebach.....	54
2.1.1.2.2 Caso Lebach II.....	56
2.1.1.2.3 Caso Seidlmayr	57

2.1.1.3 Espanha.....	58
2.1.1.3.1 Caso M. Costeja Gonzáles vs. La Vanguardia Ediciones SL, Google Spain e Google Inc.	58
2.1.1.4 Estados Unidos da América	62
2.1.1.4.1 Caso Melvin vs. Reid	62
2.1.1.4.2 Caso Briscoe vs. Reader's Digest Assoc.	63
2.1.2. Contribuições doutrinárias no Brasil	63
2.1.3 O Tema 786 do Supremo Tribunal Federal.....	69
2.1.4 Direito ao Esquecimento qualificado pela Reabilitação Criminal	75
2.2 Liberdade de expressão	81
2.2.1 Conceito e limites	83
2.2.2 Direito à memória coletiva e à verdade histórica como finalidades substantivas da Liberdade de Expressão.....	90

3 Reabilitação Criminal de Crimes Imprescritíveis: uma Nova Dogmática..... 99

3.1 Inafastabilidade da tutela penal em caso de violação de direitos humanos e a vedação da proteção deficiente	100
3.2 Crimes imprescritíveis	107
3.2.1 Racismo	114
3.2.1.1 Racismo homotransfóbico.....	120
3.2.1.2 Injúria Racial.....	124
3.2.2 Abolição violenta do Estado Democrático de Direito.....	127
3.3 A reabilitação criminal à luz da Constituição Federal de 1988, da declaração universal dos direitos do homem e da declaração americana de direitos humanos.....	131

3.4 Reabilitação criminal de crimes imprescritíveis reinterpretada.....	137
3.4.1. O teste de ponderação	141
3.4.1.1 A adequação	147
3.4.1.2 A necessidade.....	148
3.4.1.3 A proporcionalidade em sentido estrito.....	151
3.5 Proposta de aprimoramento legislativo	160
Considerações Finais.....	161
Referências.....	179